



APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	11214/2024
Estudo Preliminar nº:	009/2024
Secretaria:	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Sector / Órgão:	Gerência de Proteção Social Especial
Objetivo:	Trata-se de estudos preliminares referentes à contratação de empresa especializada para aquisição de cestas básicas, em atendimento às necessidades das famílias de risco alto e risco muito alto do Plano de Contingência do Município, atingidas por situações de emergência e calamidade, provenientes de intempéries climáticas.
Equipe de Planejamento:	Gestora: Rosângela Caterina Cassano, Gerente de Proteção Social Especial, Mat. 199.059
	Apoio Técnico Administrativo, segundo dados fornecidos pela Unidade Requisitante através do DFD: Caroline Guimarães Monteiro, matrícula 63.647
	De acordo: Yuri Guimarães Felisberto Bezerra, Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, matrícula 100.518
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:	
<p>Fundamentação: Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.</p> <p>No momento, não foi possível demonstrar tal previsão no Plano de Contratações Anual (PAC) desta Administração Pública Municipal uma vez que o mesmo precisa ser regulamentado pelo Município, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitação e contratação pública. Cabe dizer que o artigo 22 da referida lei estabelece que os entes federativos, incluindo os Municípios, devem instituir o seu Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações. Este sistema deve conter, entre outros elementos, o Plano de Contratações Anual (PAC). Vale destacar que o PAC é uma ferramenta essencial para o planejamento das contratações públicas ao longo do ano. Ele deve conter as estimativas de contratações de bens, serviços e obras, as modalidades de licitação a serem utilizadas, os valores envolvidos, o cronograma de realização das contratações, entre outras informações relevantes. Para que o PAC seja efetivamente adotado e aplicado no âmbito municipal, é necessário que o Município regule esse procedimento por meio de lei ou outro instrumento normativo adequado. Essa regulamentação deve estabelecer os procedimentos para a elaboração, aprovação, acompanhamento e execução do PAC. Portanto, esta Pasta aguarda tal regulamentação, incluindo a criação e regulamentação do Plano de Contratações Anual, para estabelecer o PAC anual desta Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Essa medida contribui para uma gestão mais transparente, eficiente e alinhada com as normas e diretrizes nacionais de contratações públicas.</p>	
3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:	
<p>Fundamentação: (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.</p>	



Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento de contratação pública para aquisição de cestas básicas, em atendimento às necessidades das famílias de risco alto e risco muito alto do Plano de Contingência do Município, atingidas por situações de emergência e calamidade, provenientes de intempéries climáticas, a ser processado na modalidade de pregão eletrônico, utilizando o critério de julgamento do menor preço global por lote, nos termos da Lei 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Contratação de empresa para aquisição de cestas básicas, em atendimento às necessidades das famílias de risco alto e risco muito alto do Plano de Contingência do Município, atingidas por situações de emergência e calamidade, provenientes de intempéries climáticas, conforme descrito abaixo:

ITEM	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
LOTE I				
1	113026	CESTAS BÁSICAS EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, CONTENDO OS PRODUTOS DESCRITOS NOS SUBITENS ABAIXO:	UNIDADE	500
	474371	Arroz / Tipo: Branco / Qualidade: Tipo 1 / Embalagem: 5kg, no mínimo	UNIDADE / PACOTE	2.000
	464553	Feijão / Tipo: 1 / Tipo Classe: Carioca / Embalagem: 1kg	UNIDADE / PACOTE	7.500
	458981	Macarrão / Tipo: Com Ovos / Formato: Penne / Embalagem: 500g, no mínimo	UNIDADE / PACOTE	2.500
	459670	Extrato Alimentício / Ingrediente: Básico Tomate / Prazo Validade: 12 meses / Conservação: Isento de Fermentação / Sem Pele e Sem Sementes / Embalagem: 300g, no mínimo	UNIDADE / PACOTE	2.500
	458955	Macarrão / Tipo: Comum / Formato: Espaguete / Embalagem: 500g, no mínimo	UNIDADE / PACOTE	2.500
	463692	Óleo Vegetal Comestível / Matéria-Prima: Soja / Aplicação: Frituras / Embalagem 900ml, no mínimo	UNIDADE / GARRAFA	2.500
	446019	Leite em Pó / Tipo: Integral e Instantâneo / Características Adicionais: Ferro, Vitaminas A, D / Embalagem: 400g, no mínimo	UNIDADE / PACOTE	4.500



	460262	Farinha Trigo / Material: Trigo Integral / Apresentação: Pó / Prazo Validade: 12 meses, no mínimo / Embalagem: 1kg	UNIDADE /PACOTE	500
	463594	Café / Tipo: Torrado / Apresentação: Pó / Embalagem: 500g, no mínimo	UNIDADE /PACOTE	3.500
	458920	Farinha Mandioca / Apresentação: Crua / Tipo Grupo: Seca / Tipo Subgrupo: Fina / Tipo Classe: Branca / Tipo: 1 / Embalagem: 1kg, no mínimo	UNIDADE /PACOTE	500
	461092	Sal / Tipo: Refinado / Teor Máximo de Sódio: 390 mg/g /Aditivos: Iodato De Potássio E Antiumectante Ferrocianeto / Embalagem: 1kg, no mínimo	UNIDADE /PACOTE	500
	353155	Açúcar / Tipo: Refinado / Características Adicionais: Branco, 1ª Qualidade / Embalagem: 1kg, no mínimo	UNIDADE /PACOTE	4.500
	448997	Enlatado / Peixe em Conserva / Variedade: Atum / Apresentação: Pedacos / Meio De Cobertura: Com Óleo Comestível / Embalagem: 170g, no mínimo	UNIDADE /LATA	3.000
	605938	Biscoito / Sabor: Maizena / Tipo: Sem Recheio / Embalagem: 360g, no mínimo	UNIDADE /PACOTE	12.500
LOTE II				
1	445485	Água Mineral Natural / Sem Gás / Embalagem: 20l, no mínimo	UNIDADE /GALÃO	9.000

A contratação deverá observar, ainda, os seguintes requisitos:

• Da sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Como descrito neste Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e,



h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Com o propósito de contribuir com a implementação de políticas voltadas à utilização de meios que contribuam para amenizar a agressão ao meio ambiente e garanta sua preservação, e visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações promovidas pela Administração Pública, fica a Contratada vinculada aos critérios de sustentabilidade elencados nos incisos do art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPDG, quais sejam:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e,
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

A contratada observará ainda a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

- Da indicação de marcas ou modelos:

Segundo a requisição da unidade requisitante, na presente contratação, não será admitida a indicação de marcas, nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021.

- Da exigência de amostra:

Não será exigida a apresentação de amostra.

- Da exigência de carta de solidariedade:

Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Fundamentação: Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Considerando o Programa “Apoio à prevenção e erradicação de riscos em assentamentos precários” do Plano Municipal de Redução de Riscos do Regea, realizado no ano de 2013, anexo ao DFD, mais especificamente, na tabela 10.8., a qual dispõe o número de moradias e moradores, discriminado por bairros, que encontravam-se à época em áreas de risco alto e risco muito alto (3.972).

Considerando as informações da Secretaria de Proteção Defesa Civil, através do Memorando nº 378/2024, anexo ao DFD, o Plano Municipal de Redução de Riscos do Regea de 2013 é o mais atualizado disponível para estudos e informações pertinentes.

As quantidades dos materiais foram estimadas com base na necessidade de atender as 500 (quinhentas) famílias, e que em cada família tenha uma média de 6 (seis) pessoas, totalizando 3.000 (três mil) pessoas, durante o período de 30 (trinta) dias, duração esperada do Plano de Contingência, anexo ao DFD, considerando-se o consumo médio *per capita* de cada produto realizado pela nutricionista responsável. Cabe dizer que o quantitativo dos itens aqui apresentados, são meramente estimativos, uma vez que é inviável prever ao certo quantas pessoas poderão necessitar de atendimento diante de uma situação



adversa. Nesse sentido, para melhor entendimento, segue abaixo amostragem de dados da calamidade natural ocorrida em 2011, considerada a maior tragédia climática já registrada no Município:

Dados da Calamidade natural de 2011 na Região Serrana Fluminense:

Dia 11/01/2011 – 16:30h – Após 12 dias de chuvas ininterruptas encharcando o solo, ocorreu o desabamento de um prédio de três pavimentos na Rua São Roque (Olaria), com 09 óbitos.

Dia 12/01/2011 (Madrugada) - Seguiu-se um índice pluviométrico de 182,8mm em 24 horas de chuva torrencial com intensa precipitação de descargas elétricas atmosféricas, dando origem ao 10º maior deslizamento do mundo (Fonte: ONU) e a maior catástrofe natural do País, com escorregamentos de terras combinado com a força das águas (Velocidade das águas = 180 Km/h).

Registrou-se: 1.030 Eventos geológicos (deslizamentos de terra) na Região Serrana, atingindo sete municípios, contando só em Nova Friburgo 251 deslizamentos de encostas e 06 acidentes em cursos d'água.

Balanço parcial de vítimas em decorrência das chuvas na Região Serrana:

Ao todo, 72.355 pessoas foram afetadas diretamente pelas chuvas.

Óbitos = 918 (Região), sendo 442 legalmente confirmados só em Nova Friburgo;

Desalojados = 4.528 (Região) – em Nova Friburgo 2.231;

Desabrigados = 3.796 (Região) – em Nova Friburgo 3.220;

Desaparecidos = 121 (Região) – em Nova Friburgo 19;

Nova Friburgo = 17 corpos sepultados ainda sem identificação; 425 vítimas formalmente identificadas.

Perda de Imóveis = 35.000;

Obs.: Segundo a Secretaria Nacional de Defesa Civil, a legislação define DESABRIGADO como aquele que perdeu a sua unidade de habitação e está em um abrigo público, já o DESALOJADO saiu de casa – não necessariamente perdeu – e não está em abrigo público. Está na casa de um parente ou coisa parecida (abrigo solidário).

É importante frisar que, por se tratar de famílias em situação de vulnerabilidade, o quantitativo pode variar de acordo com a situação socioeconômica dessas famílias. Sendo certo de que é o dever do Estado, conforme a Lei 8742, Art. 1º, garantir esse atendimento:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009), este atendimento está previsto como SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE EMERGÊNCIAS

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências para Famílias e Indivíduos é realizado em parceria com a Defesa Civil que promove o apoio e proteção à população atingida por situação de emergência e calamidade pública, assegurando a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial, para minimizar os danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

Público usuário:

Pessoas desabrigadas: que foram atingidas por situações de emergência e calamidade pública (incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outras) e tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigados;

Pessoas desalojadas: que foram obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas ou determinação do Poder Judiciário, por motivos de destruição ou avaria grave, decorrentes de desastre, e que, não necessariamente necessita de abrigo ou alojamento provisório.

Serviços ofertados:

Acolhimento imediato em condições dignas e de segurança, observando as especificidades dos grupos étnicos, ciclos de vida, deficiências, dentre outras situações específicas;

Criação de alojamentos provisórios, quando necessário;

Identificação de perdas e redes de apoio para prover as necessidades detectadas;



Promoção e inserção na rede socioassistencial e o acesso a benefícios eventuais.

Resultados esperados:

Minimização de danos;

Proteção social a indivíduos e famílias;

Reconstrução das condições de vida familiar e comunitária.

Formas de acesso:

Ocorre via unidades de CRAS, CREAS, Serviço Especializado de Abordagem Social. A partir da solicitação e disponibilização de vaga a família/indivíduo é encaminhado para alojamentos provisórios.

Legislação relacionada:

- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993: Lei Orgânica da Assistência Social;
- Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011: Altera a Lei nº 8.742/93;
- Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – Nob/Suas;
- Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – Nob-RH/Suas;
- Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Fundamentação: Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Inicialmente, urge destacar que, conforme Decreto nº 2007, de 16 de fevereiro de 2023, a Pasta responsável pela realização da pesquisa de mercado é a Secretaria de Licitações e Planejamento, todavia, em cumprimento às orientações da Controladoria foi realizada pesquisa no PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas) com o fito de averiguar contratações similares a presente contratação.

Urge consignar que os preços alcançados no PNCP são de contratações similares ao presente, no entanto, os quantitativos e especificações não são exatamente correspondente a presente contratação, portanto, não poderá ser considerado como preço balizador, devendo a Secretaria responsável, conforme Decreto acima citado, realizar a pesquisa de preços de mercado, para balizar, assim, futuro certame.

A pesquisa de mercado tem como base verificar quais parâmetros estão sendo cobrados pelo mercado, no âmbito público e/ou privado, com o objetivo de obter a contratação mais vantajosa para a Administração Pública, e ao mesmo tempo, eficaz na sua execução.

Nesse sentido, urge consignar nestes estudos preliminares a pesquisa de preços praticados e registrados em Atas de Registros de Preços de contratações similares bem como observamos, a contratação via licitação já pela nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, com o mesmo objeto, praticados no âmbito de órgãos e entidades da Administração Pública, conforme quadro demonstrativo abaixo:

ORÇAMENTOS/PREÇOS PRATICADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ÓRGÃO	OBJETO	VALOR ESTIMADO E VALOR HOMOLOGADO	MODALIDADE / FORMA DE CONTRATAÇÃO
-------	--------	---	--------------------------------------



MUNICÍPIO DE MARQUES DE SOUZA/RS	CESTA BÁSICA	R\$ 249,70	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, VIII TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 01607619000121-1-000091/2024 FONTE: TECNOSWEB - TECNOLOGIA DE GESTÃO
MUNICÍPIO DE TRÊS DE MAIO/RS	CESTA BÁSICA Nº 02	R\$ 161,88	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 87612800000141-1-000344/2024 FONTE: PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S. A.
CÂMARA MUNICIPAL DE GOIATUBA/GO	ARROZ-5KG	R\$ 30,89	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA



			REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 24854358000140-1-000059/2024 FONTE: PRODATA INFORMÁTICA
MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG	ARROZ TIPO 1 C/ 5 KG SUBGRUPO: POLIDO CLASSE: LONGO FINO	R\$ 31,76	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 18457218000135-1-000040/2024 FONTE: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE S. A.
MUNICÍPIO DE JARAGUARI/MS	FEIJÃO CARIOCA - LEGUMINOSA, VARIEDADE FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1, SEM FERMENTAÇÃO, SUJEIRAS, MOFO OU OUTRA CARACTERÍSTICA QUE TORNE IMPRÓPRIO PARA CONSUMO. EMBALAGEM DE 1 KG. MARCAS DE REFERÊNCIA: CAMIL, PAQUITO, KICALDO OU QUALIDADE SUPERIOR	R\$ 9,34	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 03501533000145-1-000012/2024 FONTE: BLL COMPRAS
MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/RS	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - PACOTE DE 01 KG	R\$ 9,50	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, VIII



			TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 87592861000194-1-000092/2024 FONTE: IPM SISTEMAS
ESTADO DA PARAÍBA	MACARRÃO TEOR DE UMIDADE: MASSA SECA, BASE DA MASSA: DE FARINHA DE TRIGO, APRESENTAÇÃO: PENNE	R\$ 8,89	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, IV, e TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 08761124000525-1-000046/2024 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
FEMBOM - FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA HELENA DE GOIÁS/GO	MACARRÃO 500 GRAMAS - TEOR DE UMIDADE: MASSA SECA, BASE DA MASSA: DE FARINHA DE TRIGO. INGREDIENTES ADICIONAIS: COM OVOS, APRESENTAÇÃO: PENNE	R\$ 4,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 18589914000103-1-000012/2024 FONTE: PRODATA INFORMÁTICA



CÂMARA MUNICIPAL DE GOIATUBA/GO	EXTRATO DE TOMATE-850GR	R\$ 14,98	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 24854358000140-1-000059/2024 FONTE: PRODATA INFORMÁTICA
MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG	EXTRATO DE TOMATE 850 GRS.	R\$ 14,58	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 18457218000135-1-000040/2024 FONTE: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE S. A.
MUNICÍPIO DE ERNESTINA/RS	MACARRÃO ESPAGUETE TIPO 1 EMBALAGEM 500G, EMBALAGEM TRANSPARENTE COM INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS NA EMBALAGEM, ISENTO DE MOFO, DE ODORES ESTRANHOS E INSETOS, VALIDADE DE 06 MESES A	R\$ 2,99	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - PRESENCIAL AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 92406180000124-1-000034/2024



	PARTIR DA ENTREGA.		FONTE: DIGIFRED SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA
MUNICÍPIO DE JARAGUARI/MS	MACARRÃO ESPAGUETE - MASSA ALIMENTÍCIA DO TIPO MACARRÃO ESPAGUETE, COM SÊMOLA DE TRIGO, OVOS, SEM FERMENTAÇÃO... EMBALAGEM DE 500 GRAMAS. MARCAS DE REFERÊNCIA: DALLAS, DONA BENTA, RENATA OU QUALIDADE SUPERIOR	R\$ 4,53	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 03501533000145-1-000012/2024 FONTE: BLL COMPRAS
FEMBOM - FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA HELENA DE GOIÁS/GO	ÓLEO DE SOJA 900 ML	R\$ 8,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 18589914000103-1-000012/2024 FONTE: PRODATA INFORMÁTICA
MUNICÍPIO DE ERNESTINA/RS	ÓLEO DE SOJA: ÓLEO DE SOJA REFINADO - EMBALAGEM PLÁSTICO 900 ML...	R\$ 6,99	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - PRESENCIAL AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO



			REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 92406180000124-1-000034/2024 FONTE: DIGIFRED SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL	LEITE EM PÓ, INTEGRAL, TRADICIONAL, COM 200 G. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. ITEM REGISTRADO NA ATA: 0051/2024	R\$ 7,75	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, IV, e TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 08730095000100-1-000020/2024 FONTE: CENTRAL DE COMPRAS DA PARAÍBA/PB
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	LEITE EM PÓ ORIGEM: DE VACA, SOLUBILIDADE: INSTANTÂNEO, TEOR GORDURA: INTEGRAL	R\$ 6,95	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 26989715000102-1-001062/2024 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
MUNICÍPIO DE MIRANTE/BA	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO EMBALAGEM DE 1 QUILO	R\$ 6,63	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I



			TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 16416521000164-1-000020/2024 FONTE: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC
MUNICÍPIO DE IBIRAPUÃ/BA	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO PACOTE COM 1 KG; TIPO 1...	R\$ 6,90	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 14210389000104-1-000047/2024 FONTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - IMAP
MUNICÍPIO DE ERNESTINA/RS	CAFÉ 500GR, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, TABELA NUTRICIONAL, LOTE, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA ENTREGA.	R\$ 15,49	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - PRESENCIAL AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 92406180000124-1-000034/2024 FONTE: DIGIFRED SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA



MUNICÍPIO DE JARAGUARI/MS	CAFÉ EM PÓ - CAFÉ TORRADO EM PÓ HOMOGÊNEO, SEM FERMENTAÇÃO... EMBALAGEM "ALMOFADA" DE 500 GRAMAS. MARCAS DE REFERÊNCIA: CABOCLO, BRASILEIRO OU MERIDIONAL OU QUALIDADE SUPERIOR	R\$ 15,21	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 03501533000145-1-000012/2024 FONTE: BLL COMPRAS
CÂMARA MUNICIPAL DE GOIATUBA/GO	FARINHA DE MANDIOCA-500GR	R\$ 8,14	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 24854358000140-1-000059/2024 FONTE: PRODATA INFORMÁTICA
MUNICÍPIO DE MIRANTE/BA	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA (EMBALAGEM 1KG), GRUPO SECA SUBGRUPO FINA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 KG...	R\$ 6,92	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM



			ID CONTRATAÇÃO PNCP: 16416521000164-1-000020/2024 FONTE: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC
MUNICÍPIO DE SOBRADINHO/RS	SAL DE 1KG	R\$ 2,05	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, VIII TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 87592861000194-1-000092/2024 FONTE: IPM SISTEMAS
MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG	SAL IODADO FINO, EMBALADO EM SACOS TRANSPARENTES, CONTENDO 1 KG.	R\$ 2,13	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 18457218000135-1-000040/2024 FONTE: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE S. A.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES	AÇÚCAR REFINADO, COM 1 KG, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE	R\$ 4,88	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA



	FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.		MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 08778268000160-1-000290/2024 FONTE: CENTRAL DE COMPRAS DA PARAÍBA/PB
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	AÇÚCAR COLORAÇÃO: BRANCA, PRAZO VALIDADE MÍNIMO: 24 MESES, TIPO: REFINADO	R\$ 4,35	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 26989715000102-1-001062/2024 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
MUNICÍPIO DE GRAMADO/RS	ATUM ENLATADO EM CONSERVA DE ÁGUA E SAL - LATAS 170 GRAMAS SEM AMASSAMENTOS, FERRUGENS E ESTUFAMENTOS E QUE CONTENHAM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE - PRODUTO COM NO MÁXIMO 30 DIAS DE FABRICAÇÃO.	R\$ 8,13	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 88847082000155-1-000033/2024 FONTE: IPM SISTEMAS
MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR	ATUM EM ÓLEO COMESTÍVEL - LATA ATUM SÓLIDO EM ÓLEO COMESTÍVEL, LATA DE NO	R\$ 10,68	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I



	MÍNIMO 170G, EMBALAGEM CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DO PRODUTO.		TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 75772525000144-1-000055/2024 FONTE: GRUPO ASSESSOR
MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG	BISCOITO DE MAISENA EMBALAGEM 400 GRAMAS	R\$ 8,46	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 18457218000135-1-000040/2024 FONTE: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE S. A.
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO	BISCOITO SABOR: MAIZENA, TIPO: SEM RECHEIO	R\$ 5,50	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 00059311000126-1-000288/2024 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
MUNICÍPIO DE MOCOCA/SP	ÁGUA MINERAL 20L	R\$ 15,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA



			AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 44763928000101-1-000635/2024 FONTE: CONAM CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE MARZAGÃO/GO	ÁGUA MINERAL 20LTS	R\$ 10,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 01174580000104-1-000022/2022 FONTE: MEGASOFT INFORMÁTICA

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21.

Como já pontuado acima, conforme Decreto nº 2007, de 16 de fevereiro de 2023, a Pasta responsável pela realização da pesquisa de mercado é a Secretaria de Licitações e Planejamento, todavia, em cumprimento às orientações da Controladoria Geral do Município, foi realizada pesquisa com o fito de averiguar contratações similares à presente contratação, conforme demonstrativos anexos acima, alcançados via Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP. Com base nessa pesquisa, foi apurada a seguinte média de valores / valores estimados:

LOTE I - CESTA BÁSICA: R\$ 205,79 x 500 = R\$ 102.895,00

- **ARROZ: R\$ 31,32 x 2.000 = R\$ 62.640,00**
- **FEIJÃO: R\$ 9,42 x 7.500 = R\$ 70.650,00**
- **MACARRÃO PENNE: R\$ 6,44 x 2.500 = R\$ 16.100,00**
- **EXTRATO DE TOMATE: R\$ 14,78 x 2.500 = R\$ 36.950,00**



- **MACARRÃO ESPAGUETE:** R\$ 3,76 x 2.500 = R\$ 9.400,00
- **ÓLEO:** R\$ 7,49 x 2.500 = R\$ 18.725,00
- **LEITE EM PÓ:** R\$ 7,35 x 4.500 = R\$ 33.075,00
- **FARINHA DE TRIGO:** R\$ 6,76 x 500 = R\$ 3.380,00
- **CAFÉ:** R\$ 15,35 x 3.500 = R\$ 53.725,00
- **FARINHA DE MANDIOCA:** R\$ 7,53 x 500 = R\$ 3.765,00
- **SAL:** R\$ 2,09 x 500 = R\$ 1.045,00
- **AÇÚCAR:** R\$ 4,61 x 4.500 = R\$ 20.745,00
- **ATUM ENLATADO:** R\$ 9,40 x 3.000 = R\$ 28.200,00
- **BISCOITO MAIZENA:** R\$ 6,98 x 12.500 = R\$ 87.250,00

LOTE II - ÁGUA MINERAL 20L: R\$ 12,50 x 9.000 = R\$ 112.500,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: LOTE I + LOTE II: R\$ 215.395,00

A estimativa do valor, para fins de procedimento licitatório ou contratação direta, será verificada no momento da efetivação da cotação de preços, a ser executada, como já explicitado, pela Secretaria de Licitações e Planejamento, na forma do Decreto Municipal nº 2007, de 16 de fevereiro de 2023 (https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html).

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Fundamentação: Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, caracterizada pela disputa entre os participantes por meio de lances em sessão pública via internet.

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um procedimento utilizado pela Administração Pública para realizar a aquisição de bens e serviços de forma contínua, conforme a necessidade, durante um período específico. Esse sistema permite registrar preços e fornecedores por meio de um processo licitatório, facilitando a gestão de compras e a administração dos recursos públicos.

O critério de menor preço global por lote é um método utilizado em processos licitatórios para avaliar as propostas dos fornecedores. Nesse método, em vez de considerar o preço de cada item individualmente, a administração pública avalia o custo total de um conjunto de itens (lote).

Diante do objetivo a ser alcançado, que trata-se da contratação de empresa especializada para aquisição de cestas básicas, em atendimento às necessidades das famílias de risco alto e risco muito alto do Plano de Contingência do Município, atingidas por situações de emergência e calamidade, provenientes e intempéries climáticas, sob demanda, a utilização do pregão eletrônico, através do sistema de registro de preços, por meio do critério de julgamento do menor preço global por lote, justifica-se conforme os seguintes apontamentos:

- **Rapidez e Eficiência:** Em situações de calamidade pública, a urgência no atendimento às necessidades da população é crítica. O pregão eletrônico é mais rápido e eficiente em comparação com outras modalidades de licitação, permitindo a contratação mais ágil dos fornecedores.
- **Transparência e Competitividade:** O pregão eletrônico, realizado em plataforma digital, garante maior transparência no processo licitatório, além de promover a ampla participação de fornecedores, aumentando a competitividade e, conseqüentemente, a possibilidade de obter melhores preços e condições.
- **Sistema de Registro de Preços (SRP):** O Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme art. 3º, inciso V, do Decreto Federal nº 11.462/2023, permite a aquisição de bens de forma escalonada e conforme a necessidade, evitando o desperdício e garantindo a disponibilidade contínua de cestas básicas durante todo o período de calamidade. Além disso, facilita a gestão de recursos públicos, pois os preços registrados podem ser utilizados por diferentes órgãos da Administração Pública, otimizando as compras.



- **Menor Preço Global por Lote:** A adoção do critério de menor preço global por lote é importante para garantir a economicidade e eficiência na contratação. Em vez de avaliar item por item, a Administração Pública considera o custo total do lote, o que pode resultar em uma melhor negociação e redução de preços, garantindo o atendimento das necessidades de forma integral e mais vantajosa economicamente.

- **Atendimento Integral às Necessidades:** A contratação por lote permite a aquisição de todas as cestas básicas necessárias de um mesmo fornecedor, garantindo uniformidade na qualidade dos produtos e facilitando a logística de distribuição, o que é crucial em situações de calamidade pública.

- **Flexibilidade e Adaptação:** O pregão eletrônico e o SRP permitem maior flexibilidade e adaptação às necessidades emergenciais, possibilitando ajustes rápidos nas quantidades e prazos de entrega, conforme a evolução da situação de calamidade.

Sendo assim, a solução foi analisada, pormenorizada nas pesquisas de mercado e de preços realizadas, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, e a solução disponível no mercado mais adequada se encontra na modalidade de pregão eletrônico, através do sistema de registro de preços, utilizando o critério de julgamento do menor preço global por lote, em cumprimento ao dispositivo constitucional constante no art. 37, *caput* e inciso XXI da CF/88.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Fundamentação: Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

O parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por lote, sempre que o objeto for divisível, não haja prejuízo da solução, permita ampla participação de licitantes. A solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as perguntas a seguir for positiva:

1. É tecnicamente viável dividir a solução? NÃO
2. É economicamente viável dividir a solução? NÃO
3. Não há perda de escala ao dividir a solução? NÃO
4. Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução? NÃO

Considerando a necessidade de aquisição de cestas básicas, em atendimento às necessidades das famílias de risco alto e risco muito alto do Plano de Contingência do Município, atingidas por situações de emergência e calamidade, provenientes e intempéries climáticas, e após análise detalhada das vantagens e desvantagens do parcelamento da licitação por lotes, a Administração decidiu pela realização de um processo licitatório único, sem parcelamento, baseado nas seguintes justificativas:

- **Uniformidade e Qualidade dos Produtos:** Adquirir cestas básicas de um único fornecedor garante que todos os itens tenham a mesma qualidade e especificação, evitando variações que podem ocorrer quando diferentes fornecedores estão envolvidos. Facilita a inspeção e controle de qualidade, já que todos os produtos vêm de uma única fonte, garantindo a conformidade com os requisitos estabelecidos.

- **Rapidez na Distribuição:** Contratar um único fornecedor pode acelerar o processo de entrega, já que não há necessidade de coordenar múltiplas entregas de diferentes fornecedores. Isso é crucial em situações de emergência, onde o tempo é um fator crítico. Simplifica a logística de recebimento, armazenamento e distribuição das cestas básicas, reduzindo a complexidade operacional.

- **Gestão e Administração:** Gerenciar um único contrato é mais simples e menos oneroso administrativamente do que gerenciar múltiplos contratos, cada um com suas especificidades e requisitos. Minimiza os custos administrativos associados à coordenação e fiscalização de vários fornecedores.

- **Economia de Escala:** A contratação de um único fornecedor para um grande volume pode resultar em melhores condições de preço devido à economia de escala. O fornecedor pode oferecer descontos significativos quando contratado para fornecer uma quantidade maior de produtos.

- **Responsabilidade e Acompanhamento:** Com um único fornecedor, fica mais claro quem é o responsável por quaisquer problemas ou falhas na entrega, facilitando a gestão de riscos e a responsabilização. A



supervisão e o acompanhamento do processo de entrega e da qualidade das cestas básicas são mais diretos e eficazes.

- **Garantia de Entrega:** Selecionar um fornecedor com capacidade comprovada para atender a demanda total pode garantir a entrega completa e dentro do prazo, evitando problemas de falta de abastecimento que podem ocorrer com múltiplos fornecedores de menor capacidade.

Dessa forma, a decisão pelo não parcelamento em licitações de cestas básicas em situações de calamidade pública se alinha à necessidade de garantir uniformidade e qualidade dos produtos, agilizar a distribuição, simplificar a gestão administrativa, obter economia de escala, assegurar responsabilidade clara e garantir a capacidade de entrega. Assim, a centralização da compra pode ser uma estratégia eficaz para atender de forma eficiente e rápida às necessidades emergenciais da população.

Ademais, cumpre trazer o Acórdão nº 75.681/2022 do Plenário do TCE/RJ que dita que a definição da divisibilidade ou não por lotes, ou itens na licitação, insere-se no âmbito da discricionariedade administrativa, competindo ao gestor público avaliar na fase de planejamento, qual meio atender ao interesse público.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Fundamentação: Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A Contratação aqui pretendida tem por finalidade garantir o atendimento imediato das demandas apresentadas pela população, para tanto se faz necessário o planejamento de ações e sua implementação pela Política Pública de Assistência Social, como medida prioritária no atendimento a estas famílias e indivíduos. A história recente demonstra que o planejamento prévio é fundamental, uma vez que, nem sempre é possível prever eventos que resultem em situações de calamidade e emergência, a exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos, a nível global: eventos climáticos, pandemia, crises econômicas, entre outros.

Assim, a referida contratação demonstra-se mais adequada, na forma apresentada, na modalidade de pregão eletrônico, através do sistema de registro de preços, utilizando o critério de julgamento do menor preço global por lote.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Fundamentação: Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Consoante a nova legislação vigente, deverá ser considerado a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização da execução do objeto contratado, devendo ser realizado pelo Fiscal do contrato com a supervisão do Gestor, o controle efetivo do consumo da ata, informando frequentemente à Gestão sobre os saldos de atas. Este aprimoramento por parte dos servidores Fiscais do contrato é imprescindível para a melhoria do controle das contratações.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação: Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para esta contratação.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Fundamentação: Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais, razão pela qual este item não será considerado no planejamento, no entanto, a empresa contratada deverá prezar pela promoção do



desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e,
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Com o propósito de contribuir com a implementação de políticas voltadas à utilização de meios que contribuam para amenizar a agressão ao meio ambiente e garanta sua preservação, e visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações promovidas pela Administração Pública, fica a Contratada vinculada aos critérios de sustentabilidade elencados nos incisos do art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPDG, quais sejam:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e,
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

A contratada observará ainda a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Fundamentação: Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, consoante artigo 7º, inciso XIII da IN SEGES/ME Nº 40, de 22 de maio de 2020, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

A aquisição dos produtos objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Desta forma, declaramos a viabilidade da contratação, com base no estudo realizado, uma vez que é viável, necessária e adequada a presente Pasta e ao referido equipamento requisitante.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:



Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Gestora:	Elaboradora segundo dados fornecidos pela Unidade Requisitante através do DFD / Apoio Técnico Administrativo:
<div data-bbox="288 667 718 772"><hr/>Rosângela Caterina Cassano Gerente de Proteção Social Especial Mat. 199.059</div> <div data-bbox="282 913 722 1025"><hr/>Débora Perçu Martins Nutricionista Mat. 302.389</div>	<div data-bbox="959 757 1355 862"><hr/>Caroline Guimarães Monteiro Assessora Nível Intermediário Mat. 63.647</div>

Nova Friburgo/RJ, 21 de julho de 2025.

De acordo:

Yuri Guimarães Felisberto Bezerra

Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Mat. 100.518